

Nova York deixa de ser fórum das discussões jurídicas na negociação

BRASÍLIA — O fórum para as discussões sobre eventuais pendências jurídicas do acordo de renegociação da dívida externa brasileira com os bancos credores não mais será Nova York. Esta alteração foi obtida pelo Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, junto aos bancos credores na semana passada.

A notícia foi dada ontem pelo próprio Dornelles aos líderes do PMDB e PFL no Congresso Nacional, segundo relato do Deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE). O Deputado sugeriu imediatamente ao Ministro, como fórum, a Corte Internacional de Haia, na Holanda. Dornelles ficou de estudar a proposta com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme informação de Oswaldo Lima Filho.

Durante almoço no Ministério da Fazenda — em que foi servido filé de peixe com alcaparras, acompanhado de suco de tomate — Dornelles disse aos parlamentares da Aliança Democrática que os banqueiros credores do Brasil consideram as instituições políticas brasileiras estáveis,

de acordo com relato do Deputado José Lourenço (PFL-BA).

Dornelles informou ter dito ao Comitê de Assessoramento da Dívida Externa que o atual Governo não é autoritário como o anterior e, portanto, não fará acordo para a renegociação da dívida externa sem o respaldo do Congresso. Disse também aos banqueiros credores, segundo José Lourenço, que o novo Governo tem o apoio da sociedade e, desta forma, o respaldo da classe política.

O Ministro traçou para os líderes da Aliança Democrática as linhas básicas da renegociação da dívida externa com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e bancos credores, que deverão ser conduzidas, segundo informou, com prazos longos (16 anos), maior carência (7 anos) e taxas de juros reduzidas.

— Foi uma conversa franca, e tudo o que foi perguntado o Ministro respondeu — disse o líder do PMDB na Câmara, Piamenta da Veiga.

Lemgruber viaja domingo para EUA

BRASÍLIA — O Presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, viaja domingo para Nova York, a fim de acertar com os bancos credores do Brasil o adiamento do início do pagamento das amortizações a vencer até 1991 (US\$ 45 bilhões) e a manutenção das linhas de crédito que garantem o funcionamento das agências brasileiras naquela praça (US\$ 16 bilhões).

Em sua viagem aos Estados Unidos, na semana passada, o Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, solicitou aos bancos, através do Comitê de Assessoramento criado para negociar com o Brasil, prorrogação de 120 dias na trégua que se encerraria no próximo dia 31 e que vendo ao País a possibilidade de pagar apenas os juros da dívida externa.